

# O ENSINO DA GRAMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AO TEMA



## THE TEACHING OF GRAMMAR IN ELEMENTARY SCHOOL: CONSIDERATIONS PERTINENT TO THE THEME

### ROSANA CRISTINA DOS SANTOS

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Ibirapuera (2009); Graduação em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Alvorada Plus (2015); Especialista em Educação e Tecnologia pela Faculdade de Educação Paulista (2019). Professora de Educação Infantil na rede municipal de ensino da cidade de São Paulo.

### RESUMO

Vários estudos têm sido conduzidos sobre os desafios de ensinar gramática conforme as diretrizes estabelecidas no currículo atual das escolas públicas, que se baseia nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Este artigo visa contribuir para uma maior compreensão do tema, especialmente no que se refere à distinção entre o ensino de gramática e a análise linguística, uma vez que essa é uma das principais dificuldades ao buscar alinhar-se ao currículo desejado. Após apresentar uma perspectiva teórica sobre as concepções de gramática, realiza-se um levantamento histórico sobre o ensino dessa disciplina no Brasil. Em seguida, são discutidos os fundamentos teóricos que diferenciam o ensino gramatical da análise linguística, com o intuito de delinear um cenário do que é considerado ideal nos padrões contemporâneos, além de identificar os principais desafios enfrentados. O trabalho aqui apresentado está embasado por meio das leituras e reflexões sobre a bibliografia levantada acerca do tema.

**Palavras-chave:** Educação; Gramática; Considerações.

### ABSTRACT

Several studies have been conducted on the challenges of teaching grammar according to the guidelines established in the current curriculum of public schools, which is based on the National Curriculum Parameters. This article aims to contribute to a greater understanding of the subject, especially with regard to the distinction between teaching grammar and linguistic analysis, since this

is one of the main difficulties when trying to align with the desired curriculum. After presenting a theoretical perspective on the conceptions of grammar, a historical survey is made of the teaching of this subject in Brazil. The theoretical foundations that differentiate grammar teaching from linguistic analysis are then discussed, with the aim of outlining a scenario of what is considered ideal in contemporary standards, as well as identifying the main challenges faced. The work presented here is based on readings and reflections on the literature on the subject.

**Keywords:** Education; Grammar; Considerations.

## INTRODUÇÃO

Este artigo oferece uma reflexão sobre os desafios enfrentados no ensino da gramática, à luz das diretrizes propostas pelo currículo atual das escolas públicas, fundamentado nos Referenciais Nacionais. Por meio de investigações sobre as diferentes abordagens de gramática e o desenvolvimento histórico do seu ensino, buscamos delinear um panorama do que é visto como ideal nos tempos modernos e identificar os principais obstáculos encontrados nesse processo.

A pesquisa tem como objetivo social auxiliar na expansão do conhecimento sobre o tema, particularmente em relação à distinção entre a educação em gramática e a análise linguística, uma vez que essa é uma das principais dificuldades identificadas ao tentar atender ao currículo desejado.

É sabido que a gramática pode ser entendida de várias maneiras; assim, as investigações não têm como foco a sua definição, mas sim a análise dos diversos elementos que a compõem. O objetivo é aproveitar toda a sua riqueza ao planejar as aulas, permitindo que os alunos a entendam em sua totalidade, em vez de forma desconexa e sem significado.

## DESENVOLVIMENTO

Após realizar uma extensa revisão da literatura, com o objetivo de esclarecer a pergunta "o que é gramática?", identificamos múltiplos significados associados ao termo, o que nos fez perceber que "nem sempre ao se referir à gramática se está tratando do mesmo conceito" (BRITTO, 1997:29). Definir a gramática de maneira completa é uma tarefa desafiadora, devido à variedade de fenômenos que ela engloba, uma vez que pode ter diversos significados que o mesmo falante pode empregar em diferentes contextos.

A palavra “gramática” tem suas raízes no grego, onde o termo *grammatikē* se refere à “ciência ou arte de ler e escrever”. Essa origem remonta à Grécia antiga, período em que filósofos como Platão e Aristóteles se dedicaram a desenvolver estudos que buscavam organizar as regras do raciocínio (NEVES, 1987, p.111).

O Brasil, sob o domínio de Portugal, teve sua formação educacional marcada pela influência europeia. A princípio, a educação no país estava limitada à alfabetização. Os jesuítas, que assumiam o papel principal nesse campo, viam o ensino como uma forma de catequizar e letrar os indígenas, além de servir como ferramenta na formação da elite colonial.

O aprendizado da língua portuguesa era disponibilizado apenas a um pequeno grupo que continuava seus estudos nos chamados cursos secundários, os quais incluíam aulas de gramática latina, retórica e a análise de importantes autores clássicos.

O ensino da Língua Portuguesa (LP) como parte do currículo formal começou apenas no final do século XIX, especificamente em 1838. Nesse ano, a língua materna foi incorporada ao currículo do curso secundário do Colégio Pedro II, a instituição média mais relevante do Brasil, que se tornou um padrão para diversas escolas públicas e privadas até a metade do século XX. É importante destacar que essa abordagem ao ensino de Português era ineficaz.

de acordo com os padrões latinos e ao mesmo tempo com a ênfase nas matérias clássicas, especialmente o latim (PIETRI, 2010, p.73). De maneira geral, durante essa época, a educação em Língua Portuguesa tinha como objetivo preparar membros da elite colonial, considerando que a maioria dos estudantes que frequentava as escolas pertencia à classe alta da sociedade, iniciando seus estudos no Brasil e prosseguindo na Europa.

O crescimento desta disciplina começou após 1869, quando a avaliação de português passou a fazer parte dos exames preparatórios de diversos cursos de nível superior no Colégio Pedro.

Marcuschi (2000:3) ressalta que o ensino desse período foi fundamentado na ideia de que “a língua representava um amplo retrato da identidade nacional e era um receptáculo da cultura do país”. O autor também menciona que, apesar das transformações no ensino de Língua Portuguesa, que antes era influenciado pelo ideal greco-latino durante o período colonial brasileiro, e a abordagem que prevaleceu no início do século XX, ambos os períodos compartilham semelhanças em relação ao público atendido, que era a elite, e ao conteúdo do ensino, que consistia na gramática latina, portuguesa e/ou histórica. Portanto, pode-se afirmar que, por um extenso tempo, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil focou na transmissão e no estudo tradicional das regras gramaticais.



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/planos-de-aula-portugues-1-ano-ef/>. Acesso 03 mar. 2025.

No que diz respeito à literatura oficial, é possível destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 4024/61, que direcionava o ensino da gramática para a definição de regras e a aplicação de normas. Isso levou ao que hoje chamamos de gramática prescritiva ou tradicional, que se refere a um conjunto de diretrizes que governam a maneira de se comunicar oralmente e por escrito, seguindo o modelo estabelecido pelos clássicos, ou seja, a norma culta.

Dessa maneira, o ensino da gramática se firmava pela própria gramática, pois “entender a língua nativa, além de usar termos complexos de maneira erudita, envolvia compreender as regras que a governavam.

Assim, ter conhecimento sobre a língua era equivalente a dominar sua gramática: sua trajetória e suas regras” (ZANINI 1999, p. 80). Por conseguinte, o educador fazia correções em ortografia, sintaxe, concordância, entre outros aspectos gramaticais, e tinha a convicção de que isso contribuía para aprimorar a comunicação.



Fonte: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/lingua-portuguesa-na-bncc-2/>. Acesso 03 mar. 2025.

A expressão dos alunos (BRASIL, 1998). A aula de português se concentrava em ensinar a norma culta, seguindo a gramática normativa, por meio de palavras ou trechos de obras literárias, consideradas exemplos de um uso exemplar da língua, com o objetivo de analisar e estabelecer as regras para "falar e escrever corretamente".

A expressão "gramática tradicional" pode ser interpretada, de acordo com Mendonça (2006), como um "agrupamento de práticas que se estabeleceram ao longo do tempo, com uma frequência de ocorrência, culminando na formação de uma tradição".

A gramática tradicional (GT), quando surgiu, sustentava a ideia de línguas primitivas e de variedades linguísticas que eram vistas como superiores e mais puras em comparação a outras: a língua clássica literária era a única forma tida como verdadeiramente válida, conferindo maior valor à escrita em relação à fala. Nesse entendimento, a língua é vista como um objeto homogêneo e independente, levando à reprovação dos usos que se afastam das regras estabelecidas pela norma padrão (WEEDWOOD, 2002, p. 56).

De acordo com Mendonça (2006), a evolução dos estudos linguísticos no Ocidente, iniciada no século XX, tem desafiado e debatido os métodos tradicionais de ensino da língua nativa. Isso trouxe à tona, por exemplo, as falhas teóricas na Gramática Tradicional, além de uma ampliação do conceito de gramática, o que resultou na criação de novos modelos provenientes de diferentes abordagens, como a gramática gerativista e a gramática funcional.



Assim, essas pesquisas questionaram a gramática convencional, levando especialistas a declarar que essa abordagem, focada na metalinguagem da forma reconhecida, não é adequada para aprimorar as habilidades discursivas dos estudantes.

Nesse cenário, a linguística permitiu a formulação de novos fundamentos teóricos para a prática educacional relacionada à língua nativa, o que tem exercido um impacto significativo na educação do país. Entre os achados dessas pesquisas.

No campo da linguística, especialmente nas áreas de linguística textual e sociolinguística, podemos mencionar, segundo Soares (1998), a nova visão da língua “como enunciação e discurso”, que abrange as interações dos falantes, o contexto de uso, e as condições sociais e históricas envolvidas; a compreensão do texto como a unidade fundamental de interação, que, portanto, deve receber atenção especial no ensino; o reconhecimento da variação como um aspecto natural da linguagem; a introdução de conceitos como usos, registros e adequação, além da reavaliação do conceito de erro.

No entanto, mesmo com as críticas direcionadas ao ensino focado apenas na Gramática Tradicional na literatura acadêmica e o emprego da palavra “tradicional” de maneira negativa, a Gramática Tradicional manteve uma posição de destaque no ensino de línguas nas escolas, como destacou Ribeiro (2001) em sua pesquisa.

A gramática tradicional é abordada, por diversos educadores, como uma “obra finalizada”, através da apresentação de normas e da realização de atividades desconectadas das realidades cotidianas, que os alunos encontram apenas em livros ou nas tarefas em sala de aula, raramente em seu cotidiano (RIBEIRO, 2001).

O educador assume o papel de vigilante da norma padrão e, em consonância com a Gramática Tradicional (GT), trata de forma isolada os aspectos de fonética/fonologia, morfologia e sintaxe, frequentemente oferecendo aulas expositivas de natureza teórica (DRESCH, 2010).

O estudante não é reconhecido como um utilizador da língua, mas sim como um acumulador de termos e regras gramaticais, que deve absorver as explicações do professor e, com base nelas, realizar uma série de exercícios de fixação (RIBEIRO, 2001).

Em relação a essa abordagem do ensino gramatical, Irandé Antunes ressalta em sua obra “Aula de português: encontro e interação” que a educação gramatical ainda se fundamenta na GT, priorizando a memorização de regras e terminologias.

Antunes (2003, p. 31-32) observa que a abordagem da gramática nas instituições de ensino tende a retratar a língua como uma entidade uniforme e imutável, desconsiderando as suas variedades e impedindo que os estudantes reflitam sobre sua própria forma de expressão.



Fonte: <https://blog.hexag.online/blog-noticias/entenda-o-que-e-a-hipercorrecao-linguistica-e-as-suas-armadilhas>. Acesso 03 mar. 2025.

A autora aponta algumas características do ensino da gramática nas escolas: os conteúdos são abordados de maneira desvinculada dos usos práticos da língua; os elementos são apresentados de forma isolada, sem um contexto adequado; as atividades são elaboradas apenas para que os alunos memorizem regras e consigam diferenciá-las, o que não contribui efetivamente para o aprimoramento da competência comunicativa individual; o ensino da norma padrão é o foco, visto que é a forma utilizada por escritores renomados e em gramáticas, levando à negligência das variações linguísticas que estão fora dos contextos de uso esperados; a língua é apresentada como

aparentemente constante e imutável, irrevogavelmente estabelecida em um conjunto de normas descritas nos guias.

Em 1984, Geraldi, em seu artigo “Unidades básicas do ensino de português”, presente na coletânea “O texto na sala de aula” (2004, p. 3), apresentou uma nova abordagem para o ensino de português, fundamentada na leitura, na elaboração de textos e na Análise Linguística. Essa proposta oferece uma reflexão inovadora sobre o sistema da linguagem, em contraste com os métodos de ensino convencionais.

A expressão Análise Linguística (AL), conforme mencionado por Moraes (2002), refere-se a uma extensão complexa do eixo didático tradicionalmente conhecido como “gramática”, agora abrangendo não apenas os conhecimentos relacionados à norma linguística considerada prestigiada, mas também aqueles que envolvem o texto e o discurso.

Assim, a análise da língua não se limita apenas à palavra e à frase, mas também se manifesta no texto e no discurso. De acordo com Mendonça (2006, p. 205), “a análise linguística surgiu para designar uma nova abordagem de reflexão sobre o sistema linguístico e os usos da língua, visando ao tratamento escolar de fenômenos gramaticais, textuais e discursivos”.

Houve várias mudanças importantes no currículo da educação básica, principalmente no que diz respeito ao ensino da gramática. Através de uma investigação bibliográfica, foi possível traçar um

panorama histórico que nos levou a ponderar sobre essas transformações e sua presença no cotidiano escolar.

É inegável que a teoria, as avaliações dos especialistas e suas descobertas científicas desempenham um papel crucial no aprimoramento da prática. Portanto, é fundamental que a educação deixe de ser desconectada da realidade e se baseie na análise da linguagem, além de promover um aprendizado estruturado que leve em consideração o contexto em que o aluno se encontra.

Assim, a meta do ensino de português deve focar na melhoria da capacidade de comunicação do estudante, ou seja, nas quatro habilidades já promovidas pelos PCNs: falar, ouvir, ler e escrever textos de forma clara e significativa.

Segundo Bagno (2002, p. 23), é imprescindível realizar a transição da prescrição gramatical para a educação linguística. Dessa forma, o ensino de português abrirá caminhos para que o aluno não seja apenas um reprodutor das regras rígidas da gramática normativa, mas sim um criador de ideias, tornando-se, assim, um excelente produtor de textos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços investidos nessa busca por um ensino que seja significativo, analítico, reflexivo e verdadeiramente contextualizado são imensos, visando promover a autonomia dos estudantes, conforme as Orientações Curriculares e as Expectativas de Aprendizagem estipuladas.

É possível chegar à conclusão de que a busca pelo modelo ideal de ensino de gramática nas instituições de ensino ainda enfrenta muitos desafios.

No entanto, os esforços vêm sendo significativos tanto de pesquisadores quanto de professores. Reconhecer que os estudantes não são apenas receptores, mas que contribuem com seus saberes e perspectivas durante as aulas, representa um grande progresso, assim como a mudança no papel do educador. É necessário persistir na luta para que as práticas adotadas se alinhem à realidade e que o conceito ideal se torne uma prática concreta.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. C. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.



BAGNO, M. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BRITTO, L. P. L. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1997.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo gramática?** In: Sírio Possenti (org). Mas o que é mesmo gramática? São Paulo: Parábola Editorial, p. 11-33, 2006.

GERALDI, J. W. **Concepções de linguagem e ensino de português**. In: GERALDI, J. W. (Org.). O texto na Sala de Aula. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002, p. 39-46.

\_\_\_\_\_. **Da redação à produção de textos**. In: CHIAPPINI, L (coord. geral). Aprender e ensinar com textos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-24.

MENDONÇA, M. **Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto**. In: BUNZEN, C; MENDONÇA, M. org. Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PERINI, M. **A Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SOARES, M. B. **Concepções de linguagem e o ensino da língua portuguesa**. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). Língua portuguesa: história, perspectivas, ensino. São Paulo: EDUC, 1998. p. 53-59.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **Gramática ensino plural**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

ZANINI, M. **Uma Visão Panorâmica da Teoria e da Prática do Ensino de Língua Materna**. Acta Scientiarum, 21(1), Maringá, 1999, p. 79-88.